

**HABEAS CORPUS Nº 535.183 - RJ (2019/0285775-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : ANDREIA TEIXEIRA MORET PACHECO**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : CECILIA MORAES FERNANDES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. HEDIONDEZ. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se lastreada em elementos concretos dos autos que justifiquem a necessidade da medida extrema, à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. *In casu*, os motivos invocados pelo Juízo de primeiro grau, para determinar a constrição da paciente, não se subsidiaram em nenhuma circunstância concreta – senão no fato abstrato de ser o crime praticado considerado hediondo, com longa pena imposta – que pudesse evidenciar essa necessidade, sobretudo porque a acusada respondeu ao processo em liberdade.

3. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação, se por outro motivo não estiver presa, sem prejuízo de nova decretação da custódia, caso demonstrada sua concreta necessidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os

# *Superior Tribunal de Justiça*

Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**